

Eixo Temático ET-14-022 - Outros

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO VENEZA, PILÕES/PB

Auricélia Batista da Silva¹, Tânia Maria dos Santos Cavalcante Ribeiro², Claudemir Martins dos Santos³, Neuza da Silva Gomes⁴, Luciene Vieira de Arruda⁵

¹Universidade Estadual da Paraíba/UEPB. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - UEPB/CNPq - COTA 2014/2015. E-mail: auryb56@gmail.com; ²Especialização em Gestão Pública, Programa Universidade Aberta/Universidade Estadual da Paraíba/UEPB. E-mail: taniamcavalcante@yahoo.com.br; ³Graduando do curso em Licenciatura em Geografia/UEPB Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: kaiomartinspb@hotmail.com; ⁴Graduanda do curso em Licenciatura em Geografia/UEPB Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: neuzagba23@hotmail.com; ⁵Profa. Dra. Universidade Estadual da Paraíba /UEPB. E-mail: luciviar@hotmail.com.

RESUMO

Foi realizado um estudo no Assentamento Rural Venezia, uma das comunidades da Serra do Espinho, em Pilões/PB, para analisar o potencial geoambiental e a atuação de políticas públicas para a promoção da sustentabilidade ambiental local. Os estudos foram divididos em etapas de gabinete, com pesquisas preliminares de revisão de literatura, preparação das fichas de campo e aplicação na comunidade. As políticas públicas atuantes em Venezia têm promovido o desenvolvimento social, ambiental e contribuído para uma maior e melhor organização das associações de moradores e das mulheres rendeiras; Os assentados estão aprendendo a valorizar o seu potencial natural e social, procurando desenvolver o turismo rural, mas ainda carecem de apoio e investimentos para projetos essenciais para a sustentabilidade dos assentados.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Organização social; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Políticas públicas são ações governamentais nas esferas: federal, estadual e municipal, que visam desenvolver o bem coletivo, em parceria com o governo e sociedade, através de organizações não governamentais (ONGs), além da iniciativa privada (CALDAS, 2008). Na questão ambiental, tais políticas incentivam o desenvolvimento sustentável para diminuir o impacto sobre o meio ambiente.

O nordeste brasileiro é conhecido por ser uma das regiões mais carentes do Brasil. É marcado pela má distribuição de terras, alto índice de natalidade, mortalidade, assim como o alto índice de analfabetismo, o que justifica a grande necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da região. Nesse contexto, o Estado da Paraíba figura entre os mais carentes da região, o que despertou fazer um estudo sobre um assentamento rural na Serra do Espinho, localizada no município de Pilões/PB, na vertente oriental do Planalto da Borborema. Trata-se de um ambiente de importância fundamental na disposição dos recursos naturais locais, pois condiciona os tipos de recobrimento vegetal, os tipos de solos, de climas e a disposição hidrológica,

que vão influenciar diretamente nas atividades econômicas (CPRM, 2005; CAVALCANTE, 2010; FERREIRA, 2012).

A Serra do Espinho é um ambiente ocupado por pequenas comunidades agropecuárias, mas ainda mantém uma rica cobertura vegetal que abriga diversas espécies de animais. Esse espaço também é dotado de forte potencial turístico, devido à beleza paisagística, mas possui limitações naturais, econômicas e sociais. Desse modo, o ambiente é marcado por instabilidades no relevo íngreme, sujeitos a constantes deslizamentos, pela impermeabilidade de seus solos, pelas práticas agrícolas e pecuárias predatórias, pela falta de organização política das comunidades, assim como pelo baixo nível financeiro e de escolaridade (CARDOSO et al., 2012).

Trata-se de uma área em que a atividade turística, seja na modalidade da valorização das paisagens naturais ou nas atividades do meio rural, poderá ser explorada como meio de criação de empregos para a comunidade local e o desenvolvimento econômico da região. Entretanto, o turismo, especialmente em áreas naturais, ainda não tem recebido a devida importância quanto ao planejamento e preservação do ambiente, embora já ocorram há muito tempo.

Uma das modalidades de turismo natural é o geoturismo, termo que passou a ser divulgado amplamente na Europa, pelo pesquisador inglês Thomas Hose, em 1995 (NASCIMENTO et al.; 2007) e compreende um novo segmento do turismo de natureza. No Brasil essa modalidade de turismo surge com a intenção de divulgar o patrimônio geológico, bem como possibilitar sua conservação, utiliza feições geológicas como atrativo turístico, divulgando a geodiversidade da região. Outra modalidade de turismo, é aquele que valoriza todas as atividades sociais no meio rural - o chamado turismo rural - que, associado às condições ambientais, poderá promover o desenvolvimento econômico e a valorização ambiental das comunidades.

É baseado nessa problemática que pretendemos realizar um acompanhamento junto ao Assentamento Rural Veneza, uma das comunidades da Serra do Espinho. Pretende-se incentivar a valorização ambiental dos espaços naturais locais, as condições econômicas e sua organização social, em busca de políticas públicas que sejam aplicadas para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Para tal, pretende-se promover atividades que possam contribuir para o reconhecimento da área e instruí-los quanto à preparação de projetos que se revertam em políticas públicas em prol das comunidades locais.

REVISÃO DA LITERATURA

A área de Políticas Públicas surgiu na Europa na década de 1930, como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. São considerados os pais da política pública H. D. Laswell, Hebert Simon, Charles E. Lindblom e D. Easton (SOUZA, 2006).

Existem várias definições para o termo “política pública”, mas o que importa é o sentido, ao enfatizar o seu papel na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que tais definições ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses (SOUZA, 2006). O termo “política” consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (RUA, 1998).

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, para assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico (SOUZA, 2006). Correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos, enquanto novos direitos individuais, coletivos, de coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

A formulação de Políticas Públicas com fins sociais, elaborada pelo Estado brasileiro aconteceu somente na Segunda República, mais precisamente na era da primeira gestão do Presidente Getúlio Vargas. Meksenas (2002, p.110) afirma que tais políticas se desenvolveram em três campos: na previdência e na legislação trabalhista; na saúde e na educação e, no saneamento básico, habitação e transporte.

A gênese da política ambiental brasileira é datada do primeiro governo de Vargas, momento em que a política ambiental sofreu alterações significativas, culminando com a promulgação da Constituição de 1988 (ARAÚJO, 2000). A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, e seu decreto de regulamentação em 2002, têm contribuído para acelerar o processo de institucionalização da Educação Ambiental (EA) no país. O marco inicial, pelo menos para o ensino formal, foi a Lei nº 6.938/1981, que, ao instituir a Política Nacional de Meio Ambiente, incluiu a EA em todos os níveis de ensino.

Desde 2002, com a regulamentação da PNEA, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) propõe fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), por meio do qual a PNEA deve ser implementada em regime de colaboração com os entes da federação. A sua missão é contribuir com a educação para a sustentabilidade, para uma sociedade educada ambientalmente. No que diz respeito às políticas públicas para o desenvolvimento de áreas rurais, as ações abrangem todas as necessidades, desde que haja uma participação e interesse, em forma de organização das comunidades, para dar continuidade a diversas atividades, a exemplo das atividades turísticas.

As atividades turísticas já ocorrem há muito tempo e são comuns em todos os ambientes terrestres, sobretudo naqueles dotados de belezas paisagísticas e culturais que proporcionam aos visitantes prazeres inigualáveis e uma incrível sensação de bem estar. Assim, são desenvolvidas diversas modalidades de turismo, desde aquelas de cunho contemplativo até as mais radicais, onde o turista ou visitante pode interagir e viver o momento desfrutando das potencialidades naturais, sociais e culturais locais.

Uma das modalidades mais recentes de turismo é “geoturismo”, uma prática relacionada aos recursos naturais, muitas vezes negligenciados pelo ecoturismo, motivado pela recreação, lazer e aprendizagem, onde tais atividades contribuem para a conservação de atrativos como cachoeiras, cavernas, afloramentos rochosos, entre outros (BENTO e RODRIGUES, 2009).

Atrelada ao geoturismo está o turismo rural, que vem conquistando espaços, mesmo que ainda de forma desordenada, mas com propostas de conservação ambiental, estímulo aos produtos artesanais locais e redescoberta do modo de vida do campo como valor cultural, que guarda uma identidade importante para a nossa sociedade (QUEIROZ, 2012).

METODOLOGIA

As atividades necessárias para atingir os objetivos propostos na presente pesquisa ocorreram através do levantamento bibliográfico, do reconhecimento de campo, da localização e caracterização da área de estudo, do registro fotográfico, das conversas informais e, principalmente, da aplicação de questionários semiestruturados aos moradores mais antigos e representantes da associação de moradores de Veneza.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brejo Paraibano é uma das 23 microrregiões do Estado da Paraíba, pertence à Mesorregião do Agreste Paraibano, no Planalto da Borborema, formado por oito municípios (Bananeiras, Borborema, Serraria, Pilões, Areia, Alagoa Nova, Alagoa Grande e Matinhas). A população é estimada em 116.437 habitantes, distribuídos em uma área total de 1.202,1 km² (IBGE, 2010).

Pilões é um dos menores municípios do Brejo Paraibano, tanto em área territorial (64 km²) quanto em população (7 mil habitantes) (IBGE, 2010). Em Pilões está localizada a Serra do Espinho, um ambiente ocupado por um assentamento rural (Veneza) e três comunidades (Titara, Ouricuri e Poço Escuro), que são ligadas por estradas de barro à rodovia principal (PB 077), em direção ao município de Cuitégi.

Além das estradas de barro, cada comunidade possui algumas vias menores e mais estreitas, as chamadas trilhas, que adentram pela mata, permeando os morros e riachos e permitem descobrir ambientes bastante apreciados pelos visitantes e pelos próprios moradores locais. O conjunto paisagístico envolve uma cobertura vegetal diversificada, que se espalha pelas colinas e proporciona a manutenção dos cursos d'água e da fauna local. Desse modo, esse ambiente atrai muitos visitantes, despertando o seu uso para as práticas de turismo rural, ecológico ou geoturismo.

O assentamento rural Veneza é uma atração à parte na Serra do Espinho, pois desenvolve atividades pastoris, agrícolas, artesanais e culinárias, características da cultura local, mas precisa de orientação quanto à valorização desse ambiente e ao uso sustentável de seus recursos naturais. Sua formação advém de um projeto de assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e recebeu este nome por causa das nascentes e da quantidade de riachos, cacimbas e cachoeiras, fazendo menção à cidade Italiana de "Veneza". As terras foram desapropriadas a partir da política de reforma agrária do governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O presidente da Associação de Moradores de Veneza (Sr. Francisco Nogueira dos Santos), afirmou que, após a desapropriação das terras, estas foram divididas em 5,5 hectares para cada uma das 26 famílias. A comunidade é dividida nas áreas pertencentes aos assentados; na área comunitária, que envolve a associação de moradores, a associação de mulheres e a capela; e nas áreas de proteção ambiental.

Os assentados residem em casa própria, de alvenaria, dotada de banheiro, fossa séptica, energia elétrica e cisterna implantada, pelo governo federal. As famílias são cadastradas nas políticas públicas atuais e cada família possui renda de até um salário mínimo com as suas atividades. Organizam-se através da Associação dos Moradores e da Associação de Mulheres e guardam seus costumes, crenças e tradições na religião católica.

Antes do processo de desapropriação das terras de Veneza os moradores trabalhavam no cultivo da cana de açúcar e fabricavam melado, rapadura e açúcar mascavo. As terras pertenciam à Usina Santa Maria, que recebia toda a produção local. Quando a usina decretou falência, toda a produção declinou e os moradores tiveram que buscar alternativas na agricultura. Atualmente iniciam atividades ligadas ao turismo rural, orientados pelo Serviço de Apoio às Microempresas da Paraíba (SEBRAE).

Os assentados de Veneza demonstram um nível mais adiantado de organização em relação às outras comunidades locais, no que diz respeito ao usufruto de suas potencialidades naturais e culturais, pois receberam acompanhamento técnico e recursos financeiros que permitiram organizar os seus espaços de forma mais harmoniosa com a natureza e com as suas necessidades. Assim, os espaços comunitários vêm sendo estruturados para o turismo rural, como é o caso da casa de farinha, da capela e da casa das mulheres artesãs.

A antiga casa de farinha, utilizada pelos moradores para beneficiamento da mandioca, está em andamento para se transformar no Memorial Casa de Farinha, que será aberto aos turistas. Dessa forma, o turista poderá acompanhar de perto todo o processo de fabricação da farinha e provar as iguarias (bolinho de mandioca, bife de mandioca, beiju, tapioca), preparados pelas mulheres da associação. Além disso, ainda poderá desfrutar de um ambiente acolhedor, resquício da época do Brasil colonial.

A casa Grande, onde morava o antigo administrador do engenho, é uma importante construção de aspecto rústico que também está em obras para se transformar em uma pousada e em um restaurante (financiado pelo Banco Mundial); A associação de mulheres foi fundada em 2012, buscando aproveitar as habilidades de crochê e pintura passada de mães para filhas ao longo dos anos. Após dois anos de sua fundação as mulheres associadas participaram de várias capacitações e consultorias promovidas pelo SEBRAE e outros órgãos aprimorando, assim, seus trabalhos e dando origem a novos artesanatos feitos de bambu (*Bambusa vulgares*), espécie vegetal muito presente na comunidade.

As mulheres produzem artesanatos diversos (pintura em tecido, crochê, lixeira de bambu, diversos utensílios domésticos e de decoração) e com a comercialização de seus produtos, de porta em porta ou na barraca do artesanato, auxiliam nas despesas domésticas e garantem uma melhor qualidade de vida às famílias, além de contribuir para a preservação da natureza por meio da reciclagem de garrafas PET, empregada na elaboração de várias peças.

Os fatos marcantes que ocorreram na comunidade dizem respeito à conquista da terra, à conquista da casa própria obtida por meio de empréstimos concedidos pelo INCRA aos assentados, a construção da Igreja, em 2002, a chegada da energia elétrica, resultado do Projeto LUZ PARA TODOS, e o transporte dos estudantes para a sede do município. Como atividades de lazer, os moradores praticam esporte em um campo de futebol comunitário, andam pelas trilhas ecológicas e tomam banho nas cachoeiras e nas piscinas naturais que se formam ao longo do rio Araçagi-Mirim. Contudo, não se sabe das condições de potabilidade dessas águas, pois não se tem nenhuma análise laboratorial.

Os assentados são conscientes de que é preciso tomar medidas sérias sobre a preservação do meio ambiente e a retirada dos resíduos sólidos na comunidade e nas trilhas que levam até a cachoeira. O lixo doméstico orgânico é transformado em adubo e os recicláveis são transformados em artesanato ou levados para a ENERGISA, que retribui concedendo descontos aos moradores nas contas de energia.

Os problemas mais comuns em Veneza se referem às estradas que dão acesso à comunidade, pois são estreitas, de terra batida, desalinhadas e sujeitas à erosão a cada período de chuvas, além da falta de sinalização e de placas de orientação para os visitantes. Os moradores reclamam ainda da falta de assistência médica e segurança.

A Associação de Moradores da Comunidade Veneza, fundada em 1998, recebe apoio do Serviço de Educação Popular (SEDUP), da Secretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação (SPTI), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão (EMATER), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Serviço de Apoio às Microempresas da Paraíba (SEBRAE) e da Secretaria de Agricultura Municipal.

O Assentamento Veneza é dotado de um potencial pautado em belezas naturais e cênicas que, para ser desvendado, basta apenas percorrer as estradas que levam ao assentamento e as trilhas ou estreitos caminhos que se abrem para apreciar as cachoeiras, corredeiras, quedas d'água, formações rochosas, uma cobertura vegetal exuberante, além das atividades puramente humanas, como as apresentações culturais, o artesanato e a gastronomia local. Assim, percebe-se a necessidade da preservação de suas riquezas naturais e humanas (arquitetura, valores, costumes e identidade local) para então definir a qual público deve interessar o potencial dessas comunidades, no propósito de difundir a economia local e subsidiar medidas que estimulem na produção associada à geração de renda e à autonomia financeira de dezenas de famílias.

Atualmente a CG Consultoria de Minas Gerais, em parceria com o SEBRAE/PB e a prefeitura municipal de Pilões, estão criando roteiros turísticos no intuito de fortalecer e desenvolver o turismo de base rural. Através da gestão municipal foi conquistado para a comunidade Veneza um projeto de horticultura conhecido como "PAES", que visa a integrar os agricultores no plantio de legumes e hortaliças.

Nesse contexto, o Assentamento Veneza vem se organizando para o turismo rural, de acordo com os seus interesses, e já participa da rota cultural intitulada **CAMINHOS DO FRIO**, um grande projeto que envolve sete municípios da microrregião do Brejo Paraibano (Areia, Alagoa Grande, Pilões, Solânea, Bananeiras, Serraria, e Alagoa Nova). Esse evento foi criado em 2005 para fomentar, incrementar e explorar o turismo cultural. Faz um recorte sobre o passado patriarcal da região dando ênfase ao seu patrimônio arquitetônico, sobretudo a arquitetura rural dos antigos engenhos de cachaça, rapadura e melado. Visa disseminar a concepção do valor cultural para um público alvo - os turistas e a sociedade civil, para resgatar a cultura local e regional, não só para os turistas, mas principalmente para os próprios moradores locais que, muitas vezes, não valorizam o seu espaço e a sua cultura.

Nessa perspectiva, o Governo do Estado da Paraíba, em parceria com o Fórum de Turismo Sustentável do Brejo Paraibano, juntamente com as secretarias de Cultura e Turismo dos municípios inseridos no circuito Caminhos do Frio, contribuem na valorização dos artistas da terra, com apresentações culturais, na gastronomia local e nas visitas às comunidades e nas caminhadas pelas trilhas ecológicas.

CONCLUSÕES

De posse dos resultados encontrados na presente pesquisa, é possível fazer as seguintes considerações sobre o Assentamento Rural de Veneza:

- A Serra do Espinho possui riquezas naturais que devem ser preservadas, pois todo o conjunto geoambiental é marcado por instabilidades que precisam ser

monitoradas para evitar perdas de solos, de vegetação e de animais;

- As políticas públicas atuantes em Veneza têm promovido o desenvolvimento social (habitação, educação e transporte), ambiental e contribuído para uma maior e melhor organização das associações (de moradores e das mulheres rendeiras);

- Os assentados de Veneza estão aprendendo a valorizar o seu potencial natural e social, procurando desenvolver o turismo rural, com várias atividades, como é o caso das mulheres rendeiras, da casa de farinha, dos produtos artesanais, da gastronomia, das caminhadas pela mata e dos banhos nas cachoeiras;

- O Assentamento Rural Veneza vem participando da rota cultural Caminhos do Frio, que contribui na valorização das comunidades envolvidas;

- Os assentados enfatizaram a importância da coleta dos resíduos sólidos, principalmente nos locais que são receptores dos potenciais turísticos existentes como cachoeiras, trilhas ecológicas, e locais de banhos nos rios Araçagi e Araçagi- Mirim;

- Os assentados reclamaram das más condições das vias de acesso ao assentamento e reivindicam melhorias;

- Embora os assentados já tenham sido beneficiados com várias políticas públicas, em nível federal, estadual e municipal, ainda reivindicam recursos para a reforma de um casarão que desejam transformar em restaurante e pousada, desejam ainda fazer a sinalização das estradas e das trilhas ecológicas, assim como cursos de capacitação para os jovens da comunidade;

- Acreditamos ser necessário um processo de conscientização dos atores sociais sobre a importância dos recursos naturais, na manutenção dos ecossistemas locais e que possam promover mudanças de posturas relativas às atuais práticas culturais dos turistas, dos agricultores locais, bem como da administração municipal, que é a maior interventora desse ambiente;

- A prática da educação ambiental em comunidades rurais é de fundamental importância para a continuidade e preservação dos recursos naturais, já que é a partir de uma educação ambiental crítica e interdisciplinar que se dá a construção da conscientização ambiental;

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Turismo com atividades de caminhada - Parte 1: Requisitos para produto. CB-5 Projeto 54:003.10-001/1. Março, 2007.

ARAÚJO, T. B. As políticas públicas no Brasil. In: Ensaio sobre desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan Fase, 2000.

BENTO, L. C. M.; RODRIGUES, S. C. **Geomorfologia fluvial e o geoturismo - O potencial turístico de quedas d'água do Município de Indianópolis**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

CALDAS, R. W. (Coord.). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CARDOSO, J. S.; ROCHA, G. R, LINS, R. S. M. As possibilidades de realização do geoturismo nas imediações da Cachoeira de Ouricuri Pilões/PB. Anais do I Congresso

Nacional de Turismo Comunitário e VI Simpósio de Turismo Sertanejo, João Pessoa, 2012.

CAVALCANTE, T. M. S. **Balneário Paraíso Ecológico de Poço Escuro: desenvolvimento turístico local em Pilões-PB.** Tavares: UEPB-CH, 2010. (Monografia de Especialização).

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Pilões, Estado da Paraíba, 2005.

FERREIRA, J. I. S. F. **Análise geomorfológica com enfoques ao planejamento ambiental na Serra do Espinho, Pilões-PB.** Campina Grande: UEPB, 2012. (Monografia de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental).

IBGE. Cidades, Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251160&search=par+ai+ba|piloes>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

MEKSENAS, P. **Cidadania, pe comunicação.** São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO, V. Geoturismo: um novo segmento do turismo no Brasil. **Global Tourism**, v. 3, n. 2, 2007.

QUEIROZ, O. T. M. M. O meio rural e sua apropriação pelo turismo. In: SEABRA, G. F.; PORTUGUEZ, A. P.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Orgs.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

RUA, M. G. Política pública e políticas públicas no Brasil: conceitos básicos e achados empíricos. In: O Estudo da Política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.